

EDITORIAL

A Revista de Direito da Faculdade de Guanambi, volume 04, número 02, tem a enorme satisfação de informar a todos os seus leitores e amigos que, desde o número anterior se encontra vinculada diretamente ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito da Faculdade de Guanambi - PPGD/FG, mantida a periodicidade semestral, eletrônica, e funcionamento na plataforma SEER/Open Journal Systems, criada já nos termos recomendados pela CAPES. Além disso, conforme última avaliação QUALIS da CAPES, nossa revista passou a portar o conceito C, de avaliação.

O Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito - PPGD/ FG está estruturado em uma área de concentração, qual seja, Fundamentos e Efetividade do Direitos, e duas linhas de pesquisa: Ética, Autonomia e Fundamentos do Direito; e Democracia, Processo e Efetividade do Direito. A criação deste programa atrelado à Faculdade de Guanambi atende a uma prioridade conferida pela CAPES e consiste no primeiro a atender diretamente o interior nordestino, na região do semiárido, na área rural. Nasce, portanto, com grandes desafios e grandes perspectivas.

Não é por outra razão que esta reformulação da Revista, com a mencionada vinculação ao PPGD/FG, pretende ser um instrumento para propiciar um permanente ponto de contato e diálogo com a graduação e com a comunidade.

Por conta dessas importantes modificações, passamos por transformações internas, que incluem a substituição dos editores anteriores, que desempenharam um trabalho crucial para o sucesso inicial desta revista, que agora passa a contar como editores os professores Flávio Quinaud Pedron (professor permanente do PPGD/FG) e Murillo Ricart Mendes Souza Silva (mestrando do PPGD/FG). Além disso, ampliamos e remodelamos a composição do Conselho Editorial e do nosso corpo de pareceristas/avaliadores, com a inclusão de vários Professores, de variados Estados do país, e também de muitos professores estrangeiros.

Agradecemos, uma vez mais, ao público leitor, autores, avaliadores, membros do Conselho, e a todos os colaboradores pelo empenho e confiança no grande desafio que temos pela frente.

A Revista, embora jovem, já conta com trabalhos internacionais e de prestigiados autores e pesquisadores de todo o país.

Neste número temos o prazer de publicar nove artigos inéditos, com destaque para tradução autorizada pela Profa. Ingeborg Maus, da Universidade Johann Wolfgang Goethe, ALE, além das contribuições valiosas de: “Legalidade ou letalidade? O necessário relaxamento das prisões ilegais”, do Professor André Nicolitt, Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito do Centro Universitário FG, e de Fernando Henrique Cardoso Neves, Mestrando em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense; “A crise do direito comercial”, da Professora Fernanda Paula Diniz, Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; “Admissibilidade do recurso de apelação no CPC/2015: a transferência do pressuposto recursal da tempestividade”, do Professor Cristiano Duro, Doutorando em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; “A natureza como sujeito de direito na “teia da vida”: uma abordagem crítica da ADIN nº 4.983”, do Professor Bernardo Girardi Sangoi, Mestrando em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria; “Reforma da previdência em evidência: impactos no sistema econômico ou inconsistência dos critérios das propostas?”, da Professora Ingrid Hass, Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e Professora da graduação no IBMEC/MG, e de Isabelle Line, graduanda em Direito pelo IBMEC/MG; “Controle externo da Administração Pública na Constituição Federal de 1988”, do Professor Jair Teixeira dos Reis, Professor da Universidade Federal do Espírito Santo; “A estabilização da decisão de saneamento processual e o impacto à aplicação do princípio *iura novit cúria*”, do Professor Vinícius Lemos, Doutorando em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco, e de Juliane Gomes Louzada, bacharel em Direito pela Faculdade de Rondônia; “Interpretação e Direito administrativo: o contributo da hermenêutica jurídica para a compreensão do Direito e seus termos indeterminados”, do Professor Emerson de Lima Pinto, Doutor em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, e de Mariana Kovara Jung, bacharel em Direito pela Faculdade CESUCA.

Boa leitura a todos!

Flávio Quinaud Pedron

Murillo Ricart Mendes Souza Silva

Editores da Revista de Direito da Faculdade de Guanambi.